

ENTREVISTA

concedida aos Profs. Michael Wrigley, da UNICAMP, e Maria Eunice Gonzales, da UNESP – Campus de Marília em 11 de junho de 1999, e revista pelo entrevistado (Marcos Barbosa) em setembro do mesmo ano. Faz parte de uma série realizada por Michael e M. Eunice com participantes do III Encontro Brasileiro-Internacional de Ciência Cognitiva (Campinas, abril de 1998), para um livro que permanece inédito.

MW – Para começar, gostaríamos que você falasse um pouco sobre sua trajetória; como você veio a se interessar pela ciência cognitiva, e o que o levou depois a adotar a posição crítica que, como sabemos, você sustenta hoje em dia.

MB – Meu trajeto começa com a Física, foi o curso em que fiz a graduação. Da Física passei para a Filosofia da Ciência, uma transição muito comum entre os filósofos da ciência. Em 1981 defendi uma tese de doutorado sobre Popper (ou, talvez seja melhor dizer, *contra* Popper, pois se tratava de uma tese crítica) mas mesmo antes de terminá-la já estava me sentindo frustrado com a Filosofia da Ciência – com a Filosofia da Ciência da tradição positivista-popperiana, bem entendido. O que havia me levado a ela era o ideal de um conhecimento a respeito da ciência que fosse tão rigoroso e bem estabelecido como a própria ciência. O que eu estava procurando, em outras palavras, era uma ciência da ciência – uma concepção positivista, sem dúvida, ainda que não se apresente da mesma forma em todos os positivistas. Uma das características de uma ciência bem-sucedida é o consenso existente entre os membros da correspondente comunidade de especialistas a respeito de seus fundamentos. Se tomarmos este traço como critério, então, na medida em que se puder atribuir à tradição positivista-popperiana o objetivo de desenvolver uma ciência da ciência, deve-se constatar que a tentativa fracassou. As razões do fracasso estavam para mim relacionadas a um outro princípio positivista, o da separação entre fatos e valores, ou, em outras palavras, da neutralidade da ciência. A idéia é que a Ciência é factual, objetiva, neutra, devendo ser aceita por qualquer ser humano, independentemente de seus valores sociais ou morais. A tese tem um peso descritivo, com referência às ciências naturais bem-sucedidas – como a Física, a Química, a Biologia – e um peso normativo em relação àquelas que ainda não se firmaram, as disciplinas candidatas ao *status* de científicas. Os valores morais e sociais são vistos neste contexto como algo negativo, que pode desviar o pesquisador do reto caminho da objetividade. A postura daqueles empenhados na

criação de novas ciências, ou em aumentar o nível de cientificidade de algum campo de estudos já existente, deve portanto ser uma postura isenta, distanciada: o cientista precisa colocar entre parênteses todo sentimento, todo juízo de valor relativos ao objeto de sua pesquisa. Os positivistas haviam falhado por não terem sido capazes de assumir efetivamente a postura isenta, o *detachment* necessário. Quer ou não eles tenham visto seu empreendimento como o de criar a ciência da ciência, o fato é que as concepções que eles desenvolveram, em vez de apresentações objetivas, eram no fundo uma apologia da ciência, uma tentativa de apresentá-la como paradigma de racionalidade, como a forma por excelência do conhecimento, sendo pressuposta a concepção formal de racionalidade, que havia se fortalecido enormemente com a criação da lógica moderna na virada do século. A presença deste juízo de valor sobre a ciência entre as motivações, independentemente de seus méritos, teria sido – era o que eu pensava na época – a responsável pelo fato de a tradição positivista-popperiana não ter logrado desenvolver um conhecimento sobre o conhecimento que tivesse as características de rigor, de consenso a respeito dos fundamentos, que se observa nas ciências naturais. Não há nada de novo nestas afirmações, evidentemente, mas na época elas me vieram como descobertas.

A ciência cognitiva me atraiu porque me parecia constituir uma nova tentativa, de desenvolver uma ciência da ciência – na verdade, algo ainda mais ambicioso, uma ciência de todo o conhecimento, afinal é isto que o rótulo “ciência cognitiva” implica –, uma tentativa que evitava o erro, a falta de distanciamento que havia viciado o projeto dos positivistas. Desde que havia terminado meu doutoramento eu já vinha fazendo especulações neste sentido, ou seja, no sentido de estabelecer as bases, as diretrizes para construção da verdadeira ciência do conhecimento; foi só em 1987 que vim a me dar conta da existência da ciência cognitiva, que vim a perceber que havia uma tradição de pesquisa já bem desenvolvida, cujos pressupostos estavam bem próximos daqueles que estava procurando formular por conta própria, com enorme dificuldade, evidentemente. Isto se deu por ocasião de um estágio de pós-doutorado que fiz na Universidade de Essex, e quem me apresentou à ciência cognitiva, por assim dizer, foi a Nice (Maria Eunice Gonzales), e, também o João Teixeira, que naquela época faziam seus doutorados em Essex. Esta descoberta da ciência cognitiva foi como uma revelação, e a partir daí adotei, com muito entusiasmo, o projeto de, num primeiro momento, continuar trabalhando nos fundamentos da nova ciência, e, mais tarde, de não apenas *falar sobre*

ela, mas de *fazer* ciência cognitiva, de desenvolver uma pesquisa sobre um tópico determinado no interior da ciência cognitiva. Isto no plano teórico, no prático, a idéia era contribuir para a implantação da ciência cognitiva no Brasil, procurando inicialmente reunir os colegas que já estavam ligados a ela – na época bem poucos, e trabalhando isoladamente uns dos outros. Foi isto que me levou a participar, em 90-91, da criação do Grupo de Estudos de Ciência Cognitiva (GECC) no IEA (Instituto de Estudos Avançados) da USP. No que se refere à pesquisa, o tópico que vim a escolher foi o dos conceitos, e ainda em 1991, juntamente com minha colega Marta Kohl, e o Prof. Fernando Lomônaco, do Instituto de Psicologia da USP, criamos o Núcleo de Estudos de Conceitos (NEC), inicialmente como um sub-grupo do GECC, depois ele se tornou um grupo independente.

MEG – Parece então que daquela época para cá você mudou bastante. Como foi esta mudança, foi um processo gradual ou repentino?

MB – Foi um processo gradual, uma lenta acumulação de insatisfações, que teve entretanto um momento de descontinuidade, uma virada bem localizada no tempo. Isto ocorreu entre fins de 92 e princípios de 93. Em setembro de 1992 eu havia participado do Simpósio “Epistemologia e Cognição” em Brasília, organizado pelo Paulo Abrantes (do qual resultou o livro com o mesmo nome), apresentando o resultado de minhas pesquisas sobre o tópico dos conceitos; foi ao preparar a versão final do texto para publicação que se deu a virada, que acabou se refletindo no próprio título que vim a escolher para o trabalho: “Rumo a uma teoria dialética dos conceitos”. O termo-chave aí, é, evidentemente, “dialética”.

MEG – Bem, mas em que precisamente consistiu esta virada?

MB – É melhor começar dizendo que as conseqüências da frustração com a ciência cognitiva foram mais profundas do que as da anterior, que tinha tido com a filosofia da ciência positivista-popperiana. A primeira me levou a procurar uma nova estratégia, mantendo o mesmo objetivo, o de construir uma epistemologia científica. O desencanto com a ciência cognitiva me fez não procurar uma terceira estratégia, mas abandonar o próprio objetivo. A tentativa de não apenas falar sobre, mas fazer ciência cognitiva me convenceu de que a idéia de um conhecimento neutro, puramente factual, 100% objetivo, sobre o conhecimento – na verdade, sobre todos os aspectos culturais da humanidade – é ao mesmo tempo irrealizável e indesejável. O domínio dos estudos

sobre os aspectos culturais da humanidade é o das ciências humanas – ou, na terminologia que agora me parece mais apropriada, das humanidades –, e a conclusão a que cheguei foi a de que entre este e o domínio da ciências naturais existe uma diferença no que se refere à questão da objetividade. Não é necessário sustentar que as ciências naturais sejam 100% objetivas, nem que não faça sentido, nas humanidades, a exigência de que as teorias sejam objetivas. O importante é reconhecer a diferença: a objetividade que se pode cobrar nas humanidades é diferente daquela que se coloca como ideal – em grande parte realizado – nas ciências naturais. O *detachment* característico do cientista natural é inalcançável e indesejável por parte dos que se dedicam às humanidades; neste terreno, fatos e valores não podem e não devem ser separados.

De 93 a 98 eu estive procurando desenvolver estas intuições. O que resultou daí foi uma série de artigos, que reuni e apresentei como trabalho de livre-docência em 1997, e que deve sair em breve como livro, pela Discurso Editorial. O livro é uma versão revista e ampliada do trabalho de livre-docência, e tem por título “Da ciência cognitiva à dialética”. Pode-se dizer que nele se encontra a resposta detalhada para a pergunta que vocês me fizeram, ou seja, como se deu em mim esta mudança de posição, de adepto para crítico da ciência cognitiva. A história é contada pela seqüência de artigos. Os dois primeiros são da fase inicial, do entusiasmo pela ciência cognitiva, o terceiro é de uma fase de transição, ainda favorável porém já com um elemento de crítica. Do quarto ao décimo primeiro, os artigos contêm o fundamental da crítica. É uma crítica que tem por fulcro a questão do naturalismo, sendo o naturalismo definido como a postura, nas ciências humanas, de tomar as ciências naturais com paradigma, como modelo metodológico. O termo, é claro, é usado em outras linhas de pensamento com sentidos diversos. Na tradição anglo-saxônica de filosofia da ciência, “naturalismo” designa a vertente fortemente associada ao nome de Quine, em particular, a seu artigo “Epistemologia naturalizada”. Embora em meu trabalho eu me limite a criticar o naturalismo na ciência cognitiva, acredito que uma boa parte das objeções se aplicaria também à vertente naturalizante da epistemologia. O tópico do naturalismo na epistemologia aliás – a julgar pelos programas dos eventos filosóficos mais recentes aqui no Brasil – parece estar recebendo muita atenção por parte dos colegas que trabalham na área.

MW – Será que você poderia aprofundar um pouco esta questão do naturalismo? Para mim ainda não ficou claro qual é sua crítica.

MB – A tese central que procuro estabelecer, em contraposição ao naturalismo, é a de que entre as ciências naturais e as ciências humanas existem diferenças essenciais, de tal modo que as ciências naturais não podem, não devem ser tomadas como paradigma para as ciências humanas, ou humanidades. Quanto a esta questão terminológica, parece-me que o próprio termo “ciências humanas” já expressa um viés naturalista, e é por isso que estou achando preferível usar em vez disso a expressão “humanidades” para falar dos estudos sobre os aspectos culturais da espécie humana, como eles devem ser, isto é, desenvolvidos sem tomar as ciências naturais como modelo. Uma outra proposição central da crítica é a idéia de que o conhecimento humano tem tanto aspectos naturais quanto culturais. Está claro que esta distinção não é nítida, que há casos em que é muito difícil separar o natural do cultural, mas por outro lado, há também casos bastante claros de aspectos puramente naturais na cognição humana – como por exemplo, o fato de termos dois olhos, ou de que nosso cérebro é constituído de neurônios – e aspectos culturais, como as capacidades de ler e escrever. A pouca nitidez da linha de demarcação não tira a importância da distinção entre natureza e cultura. Nesta medida, ou seja, na medida em que há uma dimensão natural e uma dimensão cultural no conhecimento, deve-se distinguir as partes da ciência cognitiva que tratam de uma e da outra. A ciência cognitiva natural estuda os aspectos mais básicos, alguns dos quais o homem compartilha com outras espécies de animais superiores. Muitos estudos sobre a percepção visual se encaixam neste domínio. A ciência cognitiva cultural trata daquilo que Vygotsky chama de “funções cognitivas superiores”; o pensamento conceitual, e os processos de inferência – os dois tópicos em que concentrei minhas pesquisas – fazem parte deste domínio. Tendo explicado a distinção, posso agora dizer que a crítica ao naturalismo aplica-se apenas à parte da ciência cognitiva que trata dos aspectos culturais da mente humana. A outra parte, que trata dos aspectos naturais, também é passível de crítica, a qual entretanto vai estar assentada em princípios muito diferentes. No livro que mencionei, *Da ciência cognitiva à dialética*, não desenvolvo a crítica à ciência cognitiva natural. Os dois últimos capítulos, entretanto, que tratam das ciências naturais e da tecnologia, expõem o que seriam os alicerces desta crítica.

Mas voltemos à questão do naturalismo. Num primeiro nível, sustento que o naturalismo da ciência cognitiva é responsável por uma *tendência naturalizante*, uma propensão a considerar equivocadamente como naturais aspectos da cognição que são culturais. Esta afirmação é ilustrada no livro por análises das teorias cognitivistas

referentes aos conceitos e aos processos de inferência. Este nível de crítica é entretanto ainda relativamente superficial, fica restrito ao domínio das idéias. O segundo nível diz respeito a uma outra questão fundamental, que contrapõe a epistemologia positivista à dialética, a saber, a questão da relação entre sujeito e objeto do conhecimento, ou, mais precisamente, entre os processos cognitivos dos seres humanos e a realidade a que eles se referem. Na epistemologia positivista, estes processos não afetam seu objeto, o que, pelo menos até certo ponto é válido para as ciências naturais. As previsões feitas pelos astrônomos a respeito de eclipses não afetam a ocorrência deles; a descrição que um químico faz de uma substância não altera suas propriedades, e assim por diante. Nas ciências humanas, na medida em que sujeito e objeto do conhecimento de certa forma coincidem, não há esta independência. As teorias das ciências humanas – para usar o termo de Charles Taylor – são *teorias transformadoras*, elas transformam a realidade a que se referem. Esta constatação subverte radicalmente os princípios da epistemologia positivista. Se o objeto, a parte da realidade a que uma teoria se refere não é independente do processo de teorização, então as evidências empíricas em que a realidade se manifesta não podem funcionar como pedra de toque para o teste de teorias.

As teorias transformadoras das ciências humanas transformam a realidade em direções determinadas, que refletem os valores dos cientistas. Isto é algo que os naturalistas não podem ver, estando convencidos que sua produção teórica é neutra, isenta de valores. Esta pretensão de neutralidade serve assim para ocultar os valores, que participam da constituição das teorias, e determinam em parte o impacto que elas têm sobre a realidade. As teorias das ciências humanas são criptonormativas; é isto que pretendo mostrar no livro.

MEG – Você diria então — lembrando seus comentários anteriores sobre fatos e valores, a idéia de que no domínio das ciências humanas eles não podem ser separados — você diria que quanto a esta questão do sujeito e objeto do conhecimento, que eles também não se separam?

MB – Exatamente; e, algo que é óbvio para toda a tradição dialética, os dois princípios são na verdade intimamente interligados. Quanto à questão do sujeito e objeto, há um outro aspecto que talvez mereça ser lembrado. É uma linha de raciocínio bem evidente, que tem por conclusão a tese de que uma ciência cognitiva completa é uma impossibilidade lógica. Uma ciência cognitiva completa deve tratar de todas formas de conhecimento. Deve haver – como de fato há – uma parte da ciência cognitiva que

trata, por exemplo, do conhecimento biológico, tanto o científico quanto o pré-científico, do senso comum. Temos assim uma ciência cognitiva do conhecimento biológico. Mas, na medida em que se coloca como ciência, a ciência cognitiva é uma ciência entre outras. Pelo mesmo raciocínio, deve haver então uma ciência cognitiva da ciência cognitiva, isto é, uma parte da ciência cognitiva que estuda os processos cognitivos envolvidos no desenvolvimento da própria ciência cognitiva. O problema é que o argumento pode ser reiterado, e para a ciência cognitiva se completar deveria haver uma ciência cognitiva da ciência cognitiva da ciência cognitiva, e assim por diante, numa progressão infinita. O mesmo raciocínio vale para qualquer ramo das ciências humanas, por exemplo, no caso da sociologia da ciência, teríamos a sociologia da sociologia da ciência, a sociologia da sociologia da sociologia da ciência, etc.

MW – Este problema não me parece muito sério, pois há muito a fazer na ciência cognitiva, há muitas formas de conhecimento a serem estudadas sem entrar nestas dificuldades da auto-referência. A idéia de uma ciência cognitiva completa me parece muito abstrata, muito longínqua para ter qualquer implicação prática no momento.

MB – Você tem razão. Porém esta linha de raciocínio me parece interessante o suficiente para merecer ser mais discutida. Pode ser ignorância minha, mas não me lembro de ter lido discussões sobre estes temas na literatura da ciência cognitiva que conheço. Isto me parece estar ligado a uma falta de reflexão da ciência cognitiva sobre si própria, sobre seu significado social, o que por sua vez tem a ver também com sua pretensão de neutralidade.

MW – Voltando um pouco atrás, você disse que as teorias da ciência cognitiva são criptonormativas, e se entendi bem, isto é bastante parecido com dizer que elas são ideológicas. Será que você poderia ilustrar isto, mostrando, talvez com alguns exemplos, qual seria a ideologia, os valores escondidos nas teorias cognitivistas?

MB – Em vez de mencionar teorias particulares, acho mais conveniente falar dos princípios, do “núcleo duro” do programa de pesquisa da ciência cognitiva, para usar a terminologia do Lakatos. Um recurso interpretativo que me parece muito útil quando o problema é trazer à tona os valores ocultos nas teorias, ou melhor, em programas de pesquisa, é o de simplesmente transformar o que é afirmado como fato em norma. Ou seja, quando se afirma “A é B”, entenda-se “A deve ser B”.

Os computadores são evidentemente um elemento essencial da ciência cognitiva; em sua primeira fase, ela foi dominada pela metáfora computacional, a fórmula “A mente humana é um computador”. Na interpretação que proponho, o conteúdo normativo oculto é “A mente humana deve ser como um computador”. A crítica mais comum à ciência cognitiva procura rebater a afirmação de que a mente humana é um computador com sua negação simples: “A mente humana não é como um computador”. Embora tenham certa validade, estas críticas não vão à raiz da questão, pois compartilham uma premissa naturalista com a ciência cognitiva, a saber, a de que ser ou não semelhante a um computador é uma característica natural da mente humana. Eu procuro mostrar que esta característica é cultural. Não é universal, nem é imutável; a mente humana se caracteriza, neste plano, pela plasticidade; seu funcionamento pode se tornar mais ou menos semelhante ao dos computadores. Cabe a nós – e caberia aos cientistas cognitivos, se eles refletissem mais sobre sua prática – ter consciência disto, e procurar estabelecer se a computadorização da mente humana é ou não algo bom, algo que se recomende.

A ascensão do conexionismo, junto a outros fatores, fez com que a metáfora computacional fosse suplantada pela metáfora robótica. Hoje em dia pode-se dizer que o princípio norteador da pesquisa na ciência cognitiva não é mais “a mente humana é um computador”, mas sim “os seres humanos são robôs”. Ou então, tal como o título de uma entrevista concedida por Dennett à revista *Istoé*, “Somos todos robôs”. Aplicando a mesma chave interpretativa, ficamos com “Devemos todos nos tornar robôs”. O que está em questão é não mais a *computadorização* da mente humana, mas a *robotização* do homem.

Para completar, a chave interpretativa da criptonormatividade pode ser aplicada ao próprio naturalismo. A tese de que a humanidade pode ser estudada segundo os mesmos princípios e métodos das ciências naturais equivale a “o homem é um ser natural”, e, no registro normativo, a “o homem deve se tornar um ser natural”. Mas o que significa a naturalização do homem? Significa não uma volta à natureza primordial, mas a transformação em segunda natureza de características do homem que são culturais, são um produto da história. A ciência cognitiva procura estudar a natureza humana em seus aspectos cognitivos, uma natureza humana pensada como universal, como compartilhada por todos os seres humanos, como fixa e imutável. Ora, aquilo que nos é dado como parte da natureza, como algo imutável, nós não podemos criticar: não

faz sentido criticar, ou propor a revogação da lei da gravidade, censurar o ácido sulfúrico por ser corrosivo, ou multar a luz por excesso de velocidade. Se uma crença, um padrão de pensamento ou um costume são vistos como parte da cultura, então faz sentido refletir normativamente sobre eles, criticá-los, e, se for o caso, tentar mudá-los. Nesta prática reside nossa racionalidade. Tratar como natural uma característica humana que é cultural equivale a torná-la imune à crítica. Quanto mais avança este processo de naturalização, mas se restringe o domínio daquilo em relação a que podemos exercer a razão. No limite, quando todas as características humanas formadas ao longo da história tiverem se transformado em segunda natureza, a razão terá sido aniquilada. O naturalismo, portanto, é um irracionalismo.

MW – Não sei o que a Nice está achando, mas para mim esta exposição está parecendo muito abstrata; consigo perceber a lógica interna do argumento, mas tenho dificuldade em ver com clareza como a ciência cognitiva estaria computadorizando, robotizando ou naturalizando o homem, como você diz.

MB – Acho que você tem razão, isto é, acho compreensível sua dificuldade. Para superá-la, a crítica que tentei desenvolver deveria ser mais completa, deveria incluir análises muito mais concretas e detalhadas da atuação da ciência cognitiva. O problema reside em que este impacto da ciência cognitiva enquanto teoria transformadora não se dá isoladamente, ele se dá como parte de um processo muito mais amplo e complexo. A análise deste processo, com a identificação dos vários fatores que contribuem, ao lado da ciência cognitiva, para a computadorização, robotização e naturalização dos seres humanos é uma tarefa enorme, que não pretendo ter realizado no livro de que estamos falando. Pode-se dizer, quanto a estes temas, que seu objetivo foi o de sugerir uma maneira de olhar a ciência cognitiva, não o de descrever em detalhe aquilo que se vê ao mirá-la deste ponto de vista.

MEG – Sua crítica – e acho que você tem clareza a respeito disto – me parece ser uma crítica de esquerda. Você diria então que existe uma incompatibilidade entre ser de esquerda e dedicar-se à ciência cognitiva?

MB – De fato, eu diria que minha crítica é assumidamente de esquerda. É bom lembrar entretanto que isto não é resultado de uma postura assumida previamente. Meu contato com a ciência cognitiva, como já contei, não se deu a partir de um projeto tal como : “vou fazer uma crítica marxista à ciência cognitiva”. Comecei com a maior boa

vontade; o acúmulo de insatisfações me levou a conceber certas críticas, e foi num segundo momento que me dei conta das afinidades desta crítica com a tradição marxista. Não que eu esteja reivindicando qualquer originalidade, mesmo porque, no que diz respeito aos princípios marxistas envolvidos na crítica ao positivismo e ao naturalismo, eu já tinha certa familiaridade com eles, como lembrança de meus tempos de envolvimento com a política, na época da ditadura. Mas este conhecimento, pode-se dizer, estava num outro compartimento de minha cabeça, separado do compartimento onde se situava a procura por uma epistemologia científica. O que houve foi uma unificação das duas esferas. Hoje para mim está claro que a crítica à ciência cognitiva que procurei desenvolver tem muitos pontos em comum com a crítica de Marx à Economia Política. É interessante observar que críticas de esquerda à ciência cognitiva têm sido bastante raras. As dos autores mais conhecidos – Searle, Dreyfus e Penrose – certamente não se encaixam nesta categoria. Há críticas de pensadores de esquerda ligados à biologia – como S.J. Gould e R. Lewontin – mas estas incidem mais sobre esta nova vertente da ciência cognitiva, bem representada pelo Dennett de *A idéia perigosa de Darwin* e pelo Pinker de *Como a mente funciona*, a vertente que procura associar o elemento computacional da ciência cognitiva com os princípios evolucionistas, e as etapas da evolução do *Homo sapiens*.

MEG – Quando se fala em política, em esquerda e direita, isto nos leva à questão do capitalismo e do socialismo. A crítica de Marx à Economia Política não pode ser separada de sua crítica ao próprio capitalismo. Que relação você vê entre a ciência cognitiva e o capitalismo?

MB – Este é um tema muito difícil, em que ainda não tive tempo de me aprofundar o suficiente. Ele remete ao tópico, talvez ainda mais fundamental e complexo, das relações entre a lógica e o capitalismo, e da crítica dialética à lógica formal. Em meu livro, nos capítulos que tratam da lógica, pretendo ter dado alguns passos – porém apenas os primeiros – no sentido de desatar este nó. Mas, voltando à sua pergunta, o que posso dizer como resposta tem a ver com as relações entre a ciência cognitiva e, não o capitalismo de maneira geral, mas sua presente fase neoliberal. A tese – ou, talvez seja melhor dizer, a hipótese de trabalho – é a de que *a ciência cognitiva é a epistemologia do neoliberalismo* – tomando epistemologia num sentido amplo, que envolve não apenas uma tradição de pensamento especificamente filosófica, mas toda a reflexão, todo o trabalho sobre o conhecimento. Não se trata de dizer, como poderia fazer um

materialista vulgar, que a ciência cognitiva é apenas um reflexo, um epifenômeno da formação social cuja base econômica se caracteriza como neoliberal. Trata-se de perceber que entre a ciência cognitiva e o neoliberalismo existem certos pontos em comum, certas afinidades eletivas, que fazem com que eles se reforcem mutuamente. Eles são parte de um processo mais amplo, mas sem estarem inteiramente incluídos nele. O ponto em comum mais evidente entre a fase neoliberal do capitalismo e a ciência cognitiva são os computadores, e as tecnologias a eles associadas: a informática, a telemática, e a robótica. O conceito de neoliberalismo está intimamente associado ao de globalização, da qual por sua vez um aspecto essencial seriam os avanços nestes domínios da tecnologia. Seja como concepção teórica, seja como realidade concreta, como ferramenta, o computador está tanto no centro da ciência cognitiva quanto naquilo que há de distintivo na atual fase do capitalismo, em relação às anteriores.

E não somente os computadores, mas o próprio conhecimento. Há praticamente uma unanimidade a respeito da afirmação de que o conhecimento, em suas várias formas, está desempenhando nas sociedades avançadas de hoje um papel muito maior que em outras fases do capitalismo. O uso de conceitos como “sociedade do conhecimento” e outros semelhantes dá bem uma medida do fenômeno. Seria mera coincidência o vigor com que a ciência cognitiva vem se desenvolvendo, seu imperialismo – o fato de ela vir engolindo tradições de pesquisas às vezes muito mais antigas? Não que haja violência neste processo; pelo contrário. Muitas linhagens adotam por iniciativa própria a *griffe* “ciência cognitiva” – que está sem dúvida muito bem cotada no mercado de *griffes* intelectuais.

Um terceiro ponto em comum é a idéia de naturalização, que já comentei no que diz respeito à ciência cognitiva. No outro plano, a naturalização está associada à inevitabilidade que a ideologia neoliberal atribui ao processo de globalização, e ao avanço da tecnologia, que aparecem assim como fenômenos da natureza, como furacões ou terremotos que não temos a mínima possibilidade de controlar. Aliás, é interessante notar a frequência com que se usam metáforas naturalistas para falar de eventos econômicos; fala-se, por exemplo, do vendaval que assolou as bolsas do sudeste asiático, do terremoto que atingiu o mercado financeiro, e coisas do tipo. Quanto à tecnologia, fazem-se previsões, por exemplo, daqui a x anos será possível construir um robô que sente dor, ou um computador do tamanho de um grão de arroz, como se fossem do mesmo tipo das previsões de ocorrências de eclipses feitas pelos astrônomos.

Enfim, é este tipo de afinidade que me leva a pensar na ciência cognitiva como sendo a epistemologia característica do neoliberalismo.

MEG – Gostaria que você falasse um pouco sobre seus planos de trabalho para o futuro. Você disse há pouco que sua crítica à ciência cognitiva ainda está incompleta, que estão faltando análises mais concretas. É a isto que você pretende se dedicar – ou está se dedicando?

MB – De fato, o trabalho de crítica à ciência cognitiva que desenvolvi no livro está inacabado, sob vários pontos de vista. Para começar, a exposição é fragmentada, não sistemática – afinal, trata-se de uma coletânea, não de um livro propriamente dito. O que eu faço é moldar algumas peças de uma estrutura; outras peças fundamentais ficaram entretanto faltando, fora muitos outros detalhes e a montagem final. Mas, na verdade, não é este o trabalho em que estou empenhado agora. Aliás, posso dizer que a publicação deste livro – ou talvez esta própria entrevista – seja o marco do fim de uma fase em minha trajetória – a fase em que a ciência cognitiva ocupou o centro de meus interesses. Vou tentar explicar o que ocorreu.

Na medida em que foi ficando claro para mim o caráter de esquerda das minhas reflexões, comecei a me colocar o problema da relação delas com o pensamento de esquerda como um todo. Ora, o pensamento de esquerda, desde o colapso do comunismo em 89 vem atravessando uma fase muito difícil; a expressão “pensamento único” como tem sido usada nos últimos tempos é um claro sintoma disso. O colapso do comunismo representou a pá de cal no modelo clássico de socialismo, correspondente ao binômio propriedade estatal dos meios de produção mais planejamento central. Como esta tinha sido a concepção dominante de socialismo no decorrer do século, criou-se um vazio no pensamento de esquerda. Existe hoje em dia um movimento, a meu ver já bastante significativo, entre os pensadores de esquerda, no sentido de elaborar concepções alternativas de socialismo, que possam substituir o socialismo clássico em seu papel norteador da ação política. Pareceu-me então que o significado, o peso da crítica à ciência cognitiva que estava desenvolvendo iria depender do sucesso ou fracasso desta tentativa de renovação da esquerda socialista. Se o esmagamento pelo pensamento único não for revertido, a crítica à ciência cognitiva cairá no vazio, terá um impacto nulo.

A partir destas constatações, ou sentimentos, me pareceu que eu deveria direcionar meu trabalho pelo menos em parte a este objetivo, procurar dar uma

contribuição, por menor que seja, para a tarefa de elaborar uma nova concepção de socialismo, para substituir a outra, que a experiência histórica provou ser inviável.

Já andei lendo e refletindo um pouco sobre estes temas, e assim que tiver tempo – daqui a umas duas ou três semanas – pretendo pôr no papel algumas idéias. Trata-se de um concepção que se expressa sinteticamente pela frase “socialismo de mercado sem mercadoria”; sua palavra de ordem é “desmercantilizar!” Mas preciso ter cuidado para não me estender sobre isto, já que nosso tema é a ciência cognitiva. Só para completar a resposta à sua pergunta sobre meus projetos, eu diria que a reflexão sobre o socialismo corresponde a um nível mais geral. Não tendo formação de economista, historiador, ou estudioso da política, a contribuição que posso dar neste domínio é muito reduzida. Minha estratégia vai ser a de esboçar da maneira mais sucinta possível esta concepção de socialismo de mercado sem mercadoria, que vai servir então de arcabouço para um estudo sobre a ciência e a tecnologia no mundo contemporâneo – um território em que, pela minha formação, me sinto bem mais à vontade.

Um outro fator que me impeliu na direção do estudo da ciência e tecnologia foi o contacto com a idéias do Lacey (Prof. Hugh Lacey). Eu as vejo com o que há de mais avançado neste terreno, minha intenção é de desenvolver meu trabalho como se fosse um diálogo, sendo o Lacey o principal interlocutor. O último capítulo de meu livro é o texto de uma comunicação que apresentei no ano passado na reunião da ANPOF, é um comentário sobre o livro de Lacey, o *Valores e Atividade Científica*, publicado pela discurso Editorial, que eu ajudei a traduzir.

O trabalho atual representa, na verdade, a continuação dos dois últimos capítulos do livro. As duas premissas básicas que vou tomar como ponto de partida são, primeiro, a de que a tecnologia constitui não apenas uma força produtiva, como se costuma afirmar, mas uma forma de mercadoria, sendo o sistema de patentes a instituição responsável por sua mercantilização. O sistema de patentes articula a produção de novas tecnologias com o mercado capitalista, que desta forma dita o ritmo e os rumos do desenvolvimento tecnológico. A segunda premissa refere-se à ciência, e interpreta a reforma neoliberal da universidade ora em curso como um processo de mercantilização da própria ciência.

MW – Agora uma última pergunta: como você vê a situação atual da ciência cognitiva, e as perspectivas para o futuro, aqui no Brasil?

MB – Esta pergunta é meio difícil para mim, de um ponto de vista afetivo. O fato é que nos tempos de entusiasmo pela ciência cognitiva fiz muitas amizades entre seus adeptos e, mudando de posição, parece que passei de companheiro a adversário. Mas não vejo alternativa senão dizer, parafraseando Aristóteles, “sou amigo dos cognitivistas, porém mais amigo da verdade”. Devo confessar então que não vejo com bons olhos o avanço da ciência cognitiva no Brasil. Mas adotando puramente a postura de espectador, eu diria que a ciência cognitiva tem um futuro brilhante pela frente – pelo menos durante os próximos, digamos, 5 ou 8 anos; mais que isto já não me arrisco a fazer previsões. Nos primeiros textos que escrevi sobre a ciência cognitiva, costumava dizer que, para aqueles que a consideram uma boa coisa, o Brasil estava uns trinta anos atrasado em relação aos Estados Unidos. Os avanços dos últimos anos – e vocês sabem disto melhor que eu, já que são em grande parte os responsáveis por eles – creio que já diminuíram bastante a diferença. O número de títulos de ciência cognitiva publicados recentemente, por exemplo, parece que vem crescendo exponencialmente. Mas, se minha análise estiver correta, o destino da ciência cognitiva – e agora não somente no Brasil, mas no mundo todo – está intimamente ligado ao do neoliberalismo, e o neoliberalismo, para mim, já está, não digo com os dias, mas com os anos contados. Mas ao dizer isto já estou evidentemente, abandonando a postura do espectador distanciado; não saberia dizer quanto a afirmação tem de previsão, quanto de desejo.